

## EDITORIAL

O final do mês de junho chegou e, com ele, o início do inverno, além de mais um número da Revista do Serviço Público (RSP). Neste número, são oito artigos cujos resumos encontram-se a seguir.

Abrindo este número está um artigo que promove uma reflexão acerca da regulação. De autoria de Fernando B. Meneguim e Ana Paula A. de Melo, o estudo traz como sugestão o uso do conceito de *soft regulation*. A ideia é pensar em como evitar excessos futuros da regulação por meio de uma abordagem que não faz tanto uso de punições, mas sim de persuasão moral, da técnica de monitoramento e do *feedback*.

As contratações sustentáveis da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) foram tratadas por Eduardo F. Perez e coautores, por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). De 29 indicadores de desempenho, 11 tiveram desempenho insatisfatório. O artigo ilustra como ações da gestão pública em instituições de ensino superior podem ser aperfeiçoadas com base no uso científico de evidências.

O terceiro artigo, de Ana Clara C. Oliveira e coautores, analisa dados de 91 questionários aplicados a membros do Ministério Público Federal, em Minas Gerais. A análise multivariada encontrou, entre outros resultados, que a percepção de justiça é uma variável importante para a amostra analisada.

Sabrina C. de Lima e coautores, no quarto artigo, analisam os determinantes de obras públicas em uma instituição de ensino superior no período 2012-2016. A análise estatística fez uso de regressão logística sob arcabouço bayesiano, encontrando evidências de que tempo de mercado, local da sede da empresa, índice de liquidez e o perfil do contrato – com características como número de participantes do processo, tipo da obra (construção) e prazo de execução – estão diretamente relacionados com a probabilidade de conclusão dos contratos de obras.

O aperfeiçoamento na atuação dos profissionais envolvidos em políticas de combate à violência contra a mulher no município de Santa Maria (RS) é o tema do artigo de Augusto J. Clemente e Carla M. Brites. Por meio de entrevistas semiestruturadas, com análise de conteúdo e de redes semânticas, aplicadas a profissionais do Centro de Referência Especializada de Assistência Social, do Hospital Universitário de Santa Maria e da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, concluem os autores que há pouca articulação da rede de atendimento.

As concessões de aeroportos geraram maior segurança operacional? No sexto artigo, Marcos P.G. da Silva e coautores selecionaram um grupo de controle (aeroportos não concedidos) e um grupo de estudo (aeroportos concedidos). A percepção de experts apresentou evolução mais acentuada dos aeroportos concedidos, cerca de 2,25 vezes a evolução dos não concedidos.

Os dados de segurança operacional realizada (ocorrências de fato) demonstraram que os aeroportos concedidos evoluíram 1,9 vezes em relação aos aeroportos do grupo de controle.

Os laboratórios de inovação (i-labs) são o tema do sétimo artigo, de autoria de Leilany D. A. de Oliveira e Jonilto C. Sousa. A pesquisa bibliográfica dos autores indicou a necessidade de desenvolver estudos sobre a avaliação dos resultados dos laboratórios de inovação no setor público.

Raumaxciene P. Lima e Francisco A. Bezerra são os autores do oitavo artigo, que trata da gestão fiscal sobre a eficiência dos gastos públicos em educação (ensino médio) e saúde nos estados brasileiros, utilizando a análise de envoltória de dados regressão Tobit. As evidências sugerem que maiores proporções de receitas de arrecadação própria levam a maior eficiência na área de educação.

Ao leitor que me acompanhou até aqui, dois avisos.

Uma importante observação aos que desejam submeter à RSP artigos que envolvam coleta de dados primária. É importante que esteja clara a distinção entre anonimização dos elementos da base de dados e o anonimato da base. É parte da boa prática científica, de fato, que respondentes de um survey sejam anonimizados. Contudo, um estudo de caso em que o caso seja anônimo não favorece a prática da replicabilidade, por exemplo.

Desse modo, a RSP não publicará artigos em que o(s) autor(es) se refiram a, por exemplo, **uma empresa, uma universidade**, sem identificá-la, evitando-se, assim, o risco de se receber artigos com bases de dados inventadas<sup>1</sup>. Contamos com a compreensão de nossos potenciais autores.

Em segundo lugar, gostaria de reforçar que a chamada para submissão de artigos para o número especial sobre regulação, que receberá artigos que façam uso dos dados do RegBR, segue aberta. Artigos serão aceitos **somente até 30 de setembro** deste ano.

Boa leitura!

**Claudio D. Shikida**

Editor-Chefe

---

<sup>1</sup> Ao contrário do que pode parecer, este é um problema sério no universo das pesquisas. Esta lista, parcial e incompleta, de fraudes acadêmicas dá uma ideia dos problemas que os editores de periódicos científicos enfrentam: [https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_scientific\\_misconduct\\_incidents](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_scientific_misconduct_incidents).